



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 108ª  
(CENTÉSIMA OITAVA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Olair Francisco a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 106ª Sessão Ordinária;

– Ata da 107ª Sessão Ordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em função até mesmo da ausência dos Srs. Parlamentares, quero limitar minha fala exclusivamente a um pedido à Presidência para que, na tarde de hoje, acolha os itens extrapauta para serem votados a que farei referência: o Projeto de Lei nº 2.052, de 2014; o PROC nº 56, de 2014; a PELO nº 74, de 2014; o Projeto de Lei nº 2.041, de 2014 e o Projeto de Lei nº 2.049, de 2014 e os três projetos de suplementação orçamentária que acabaram de ser lidos, sobretudo porque dizem respeito ao pagamento de salário de servidores. Precisamos votá-los hoje.

Muito obrigada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já que estarão na pauta projetos que a Líder solicitou e que serão lidos agora, cujo teor não conhecemos, eu gostaria, caso seja possível, que interrompêssemos a sessão depois de os itens serem lidos por pelo menos quinze ou vinte minutos para que possamos lê-los porque senão não conseguirei fazer acordo para a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência solicita à assessoria que disponibilize cópia dos projetos aos respectivos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando essa ponderação da Deputada Eliana Pedrosa e dando sequência ao pleito da Deputada Arlete Sampaio, solicito a V.Exa. que dê prioridade na votação, haja vista que eu não apontei vetos entre aqueles que sugeria que fossem derrubados, aos itens da pauta nº 30 e 71 para que possamos derrubar esses dois vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sr. Deputado, as propostas relativas a derrubada de vetos têm sido apreciadas, preliminarmente, no Colégio de Líderes. Então, eu pediria aos colegas que representam a Bancada de V.Exa. que pudessem levar a solicitação ao Colégio de Líderes para que possamos fazer de igual modo, com o mesmo tratamento dado aos demais colegas Deputados. Peço a compreensão de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Correto, Sr. Presidente. Nesse caso, como os itens nº 30 e 71 tratam de vetos, eu estou aqui em diálogo com a Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT-PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho acompanhado através da imprensa e também do trabalho de alguns comentaristas a repercussão da revogação que tivemos a coragem de fazer daquela lei que devolve à Câmara Legislativa o direito de opinar a respeito da criação de cargos no Distrito Federal.

Devo dizer que há muita gente – muitos comentaristas de rede de televisão – comentando o que não sabe. Dizer que o projeto de lei é inconstitucional é no mínimo uma temeridade. O que aconteceu em 1999, e aí sejamos razoáveis, foi que o governador de então, Joaquim Roriz, tinha uma base de sustentação aqui, tinha um secretário de assuntos parlamentares extremamente competente, o Zé Flávio – que é meu amigo, por sinal – e eles convenceram os Deputados a abrir mão das tarefas de deputado, foi isso o que aconteceu.

Portanto, de 1990 até 1999, Deputado Chico Leite, a Câmara Legislativa sempre foi ouvida a respeito da criação de administrações e de qualquer cargo no Distrito Federal; foram nove anos. No primeiro mandato do Governador Roriz e no mandato do Governador Cristovam foi assim. Aí os Deputados abriram mão disso. É ilegal? Não é. Os Deputados delegaram ao governador a prerrogativa de fazer as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

reformas do jeito que ele quisesse. Fez. Agora a gente resolveu restituir à Câmara Legislativa o poder que lhe foi tirado àquela época.

Têm dito que o projeto é inconstitucional. Vi promotores de justiça dizendo que já entraram no Tribunal de Justiça para questionar a constitucionalidade do projeto. Nós estávamos numa reunião agora em que sugerimos ao Presidente Deputado Wasny de Roure pegar, Deputado Wellington Luiz, o parecer do Ministério Público na época e apresentá-lo como sustentação da legalidade do projeto da Câmara, hoje. O Ministério Público é um órgão perene. Na época ele disse que a medida era inconstitucional, que não se podia tirar da Câmara Legislativa esse direito.

Há o próprio pronunciamento feito pelo então Deputado Rodrigo Rollemberg, em que, pelo que a gente vê hoje nas notas taquigráficas, ele manifestava a sua indignação por estar sendo tirada a autonomia dos Deputados. Portanto, ele agora vir dizer que a Câmara está usurpando o poder dele é outra temeridade. Quer dizer, quando era Deputado de Oposição, aquilo não prestava? Agora que é governo, aí o bicho é bom? Então, há essas incoerências.

Mas eu vou além. Está lá na Constituição Brasileira que a Presidenta Dilma Rousseff – bem como todos os presidentes pós-regime militar, a partir da promulgação da Constituição de 1988 –, para criar qualquer cargo, qualquer ministério, qualquer secretaria, em âmbito do Governo Federal, tem que encaminhar a matéria ao Congresso Nacional. É o Congresso que a aprecia e dá o aval. A Dilma não pode criar um único cargo sem a autorização do Congresso Nacional.

Portanto, para aqueles comentaristas que estão vociferando contra a gente, seria bom ler a Constituição, seria bom verificar como é em outros estados, porque só existe isso nos estados que abriram mão do direito, Deputado Prof. Israel Batista, e o delegaram ao governador. Existiu em Minas, existiu no Paraná porque se delegaram poderes ao governador.

Essa é a verdade que tem que ser dita aqui nesta tribuna.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Não havendo mais inscritos, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, prezados colegas e todos que acompanham esta sessão. Eu venho a este púlpito no mesmo condão do Deputado Chico Vigilante.

A Lei Orgânica, originalmente, previa que todos esses processos de criação de órgãos e cargos ou extinção de cargos e órgãos passassem pela Câmara Legislativa. Como bem disse o Deputado Chico Vigilante, foi do ex-Governador Joaquim Roriz a iniciativa de mandar para a Casa a retirada, e foi a Câmara Legislativa quem a aprovou.

Então, eu me surpreendi também, e muito, primeiro, porque o Ministério Público entrou com uma ação antes mesmo de ser publicada a lei. Eu achei essa uma situação de grande excepcionalidade, e creio que não temos precedentes. Eu acho que na história do Distrito Federal foi a primeira vez que isso ocorreu. Segundo, aquilo originalmente estava previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal. A Câmara Legislativa já fez várias alterações na Lei Orgânica, e isso é uma atribuição da Câmara, então, pode ter havido qualquer tipo de vício, menos de constitucionalidade.

Eu sei da qualidade técnica, da preocupação que existe no Ministério Público com relação ao ordenamento jurídico, mas, assim como nós, ele também é feito de homens e mulheres que são passíveis de algum erro, de algum equívoco. Portanto, seria de bom tom também que eles pudessem fazer uma análise do que foi proposto, porque me parece uma coisa tão excepcional, tão inusitada o Ministério Público propor uma ADIN – ação direta de inconstitucionalidade antes mesmo de a emenda ser publicada. Além disso, essa é uma atribuição precípua da Câmara Legislativa, sempre foi, sempre foi reconhecida como tal, e agora, pela primeira vez, está sendo questionada. Inclusive serviu para se voltar àquilo que foi previsto na Lei Orgânica original. Mais ainda: no passado, o próprio Ministério Público considerou inconstitucional a referida retirada.

Portanto, eu quero me somar à fala do Deputado Chico Vigilante porque, realmente, foi uma ação que surpreendeu a todos pela excepcionalidade, pela celeridade e pela mudança de entendimento do próprio Ministério Público. Enfim, é difícil entender, sem uma mudança total do ordenamento jurídico, como ele muda o entendimento do que deva ser constitucional e do que não é constitucional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Parlamentares, lembro aos Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes que venham ao plenário para que tenhamos *quorum*, porque, até o momento, não temos *quorum* para deliberação de qualquer matéria.

Portanto, Sr. Parlamentares, por gentileza, dirijam-se ao plenário para que, então, entremos em processo de deliberação.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Indago aos Srs. Parlamentares se passaremos à leitura dos itens da Ordem do Dia ou se suspenderemos a sessão porque não temos *quorum* ainda.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho informação de que há Deputados nos gabinetes, na Casa, mais do que o *quorum* necessário. Sei que os Deputados estão se dirigindo ao plenário.

Faço um apelo a V.Exa. para que proceda à leitura e à verificação de *quorum*. Não tendo *quorum*, suspenderemos a sessão até que se complete.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, é visível que não temos *quorum*. Eu não vou nem fazer conferência, porque, se fizermos, passaremos meia hora sem fazer outra conferência.

Esta Presidência vai suspender a sessão por dez minutos para que alcancemos o *quorum* para entrarmos em processo de deliberação.

(Suspensa às 16h13min, a sessão é reaberta às 16h20min.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Robério Negreiros a secretariar os trabalhos da Mesa.

Nós faremos a conferência de *quorum* para ver se temos condições de dar prosseguimento à sessão. Lembro aos Srs. Deputados que se dirijam ao plenário, único local onde temos condições de dar nosso voto.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	8



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 02/12/2014 HORÁRIO: \_\_\_:\_\_\_

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**6ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2013/2014**

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		
ALÍRIO NETO	PEN		
ARLETE SAMPAIO	PT	X	
AYLTON GOMES	PR		
BENEDITO DOMINGOS	PP	X	
CELINA LEÃO	PDT		
CHICO LEITE	PT	X	
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CLÁUDIO ABRANTES	PT		
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		
DR. MICHEL	PP	X	
ELIANA PEDROSA	PPS	X	
EVANDRO GARLA	PRB	X	
JOÊ VALLE	PDT		
LILIANE RORIZ	PRTB	X	
OLAIR FRANCISCO	PTdoB		
PATRÍCIO	PT	X	
PAULO RORIZ	PP		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X	
RÔNEY NEMER	PMDB		
WASHINGTON MESQUITA	PTB		
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X	
WASNY DE ROURE	PT	X	
<b>TOTAL</b>		<b>13</b>	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens 1 a 100, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da pauta da Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.049, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a instituição do Fundo Especial da Dívida Ativa – FEDAT, e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças já foi proferido.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto foi aprovado tanto na CEOF quanto na CCJ hoje pela manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A próxima comissão que ainda não proferiu parecer é a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, a qual tem na Presidência o Deputado Joe Valle, que não se encontra em plenário.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça duas emendas que não estavam na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Então, a apreciação pela CEOF será apenas no tocante às duas emendas que foram votadas na Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, considero que a Deputada Eliana Pedrosa tem razão. Antes da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deve se pronunciar sobre as emendas da Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Como fui a Relatora na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, eu me disponho a emitir o parecer às emendas da Comissão de Constituição e Justiça agora na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apreciadas na Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista que o parecer geral já foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças na parte da manhã.

Sr. Presidente, chegaram novas emendas de Plenário. Assim, solicito alguns minutos para eu ter conhecimento das emendas que acabaram de ser protocoladas. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu pediria aos colegas Parlamentares que liberassem a relatora para proferir o parecer.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.049, de autoria do Poder Executivo que “autoriza a instituição do Fundo Especial da Dívida Ativa – FEDAT, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, foram 2 emendas apresentadas na CCJ e várias outras apresentadas agora. Farei a leitura depois de todas elas.

Quanto às emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão acata a Emenda nº 12 e rejeita a Emenda nº 13, seguindo a mesma apreciação feita na Comissão de Constituição e Justiça.

As emendas apresentadas em plenário são as seguintes: emenda de plenário nº 14, da Deputada Celina Leão: esta comissão considera a emenda rejeitada; Emenda nº 15, da Deputada Celina Leão: também rejeitada; Emenda nº 16, da Deputada Celina Leão: rejeitada; Emenda nº 17, do Deputado Alírio Neto: rejeitada; Emenda nº 18, do Deputado Alírio Neto: aprovada; Emenda nº 19, do Deputado Alírio Neto: rejeitada; Emenda nº 20, do Deputado Alírio Neto: aprovada; Emenda nº 21, do Deputado Alírio Neto: aprovada; Emenda nº 22, do Deputado Alírio Neto: rejeitada.

Esse é o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça e em plenário.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a defesa de algumas emendas. Nós fizemos várias emendas, e três, eu acho, são uma questão até da nossa cidade. Acho que é uma irresponsabilidade nós votarmos sem garantir que essa operação de crédito seja realmente feita de forma clara e transparente, a não ser, Deputada Liliane Roriz, que o governo queira contratar uma empresa financeira já pré-acordada sem um pingão de transparência. Já basta a irresponsabilidade com os cofres públicos, mas vender uma dívida sem licitar?

Houve a rejeição da nossa emenda que pede a licitação da venda desses títulos, mas o mínimo de transparência que o governo pode ter no final do mandato é, ao vender o fundo, que venda em uma licitação. E por que licitação, Deputada Liliane Roriz? Porque a licitação vai para o mercado, ganha o melhor preço – e não o processo simplificado de cartas marcadas. Essa é uma das emendas, Sr. Presidente.

A outra emenda de que nós queremos também falar é a da taxa de juros. Por que, Sr. Presidente? Da forma como o projeto está, Deputada, amplificado, a taxa de juros pode ser qualquer uma, e quem vai ter que pagar os juros dessa operação será novamente o Governo do Distrito Federal no ano que vem.

Então, Deputado Robério Negreiros, pode ficar definido que a taxa de juros a ser paga nessa operação seja de 60% para alguém, e quem vai ter que pagar essa conta ano que vem será o próprio governador do Distrito Federal e os cofres públicos, que já sabemos que não têm dinheiro para o ano que vem.

Outra operação também que tem que ser feita é esta: se o Governo do Distrito Federal está vendendo o FEDAT – Fundo Especial da Dívida Ativa – para pagar as contas, não adianta ele abrir só a questão orçamentária. A nossa terceira emenda condiciona a abertura do crédito orçamentário até a questão financeira. Linca-se o orçamento às finanças.

Se essas três emendas foram rejeitadas aqui, isso mostra a falta de transparência no processo de venda desses fundos. A falta de licitação, a falta de vontade de que seja aberta a questão orçamentária vinculada à questão financeira e às taxas de juros – e o Governo do Distrito Federal não quer deixar claro aqui qual vai ser o valor da taxa de juros – mostra o seguinte, Deputada Liliane Roriz: esse fundo vai ser vendido a preço de banana, com carta marcada e com um juro altíssimo, e quem vai pagar a conta, nobres Deputados, será o próximo governador e a população do Distrito Federal. Não se resolve o problema da venda da forma como está.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é preciso dizer que a Deputada que acabou de falar para todos aqui é contra o projeto. Ela, sendo contra, está apresentando uma série de emendas que resgatam um substitutivo que foi apresentado e justamente foi rejeitado na CEOF.

Nesta medida, eu queria dizer o seguinte: primeiro, há uma emenda de minha autoria que define o Banco de Brasília como agente do processo para a securitização da dívida ativa e, ao mesmo tempo, nesse mesmo artigo, no §7º, veda-se a utilização de recursos de empresas públicas e de economia mista, incluindo, portanto, o Banco de Brasília, que gasta recursos próprios para comprar esses títulos. Então, está preservado o interesse do banco.

Segundo, as regras de mercado são fixadas pelo Banco Central através da comissão do Conselho Monetário Nacional – CMN –, e o Banco de Brasília poderá colocar no mercado, e, a partir dessa colocação, escolher as melhores vantagens e não necessariamente uma licitação. Essa é a regra de mercado, essa é a regra fixada pelo Banco Central. Portanto, não há que se propor aqui – como na emenda da Deputada Celina Leão – a existência de uma licitação porque o processo vai ser aberto, transparente, conforme as regras do Conselho Monetário Nacional definidas pelo Banco Central.

Terceiro, a última emenda de que ela falou diz o seguinte: é preciso fazer orçamento só sobre o dinheiro real que exista. Então, ela está fazendo uma ilação, porque ela diz que o fundo é só para pagar contas. Não! O fundo não é só para pagar contas. O fundo, neste momento, pode até servir para pagar contas também, mas ele será fundamental até para o próximo governo poder alavancar investimentos fundamentais para a cidade.

Então, não há nenhum prejuízo do ponto de vista da execução, até porque nós estamos a um mês do fim do atual governo e início do próximo. Não há nenhum prejuízo. Neste momento, uma outra emenda que eu fiz define que o orçamento só pode ser feito em 20% do volume de recursos previstos. Portanto, pode, sim, ser feito o orçamento, pode haver todo um procedimento para os gastos e, depois, então, o financeiro. Não há nenhum impedimento a que isso seja feito. Se você coloca alguma coisa vinculada a outra, você dificulta a possibilidade de execução dos recursos e a maneira como se deve gastar o recurso público. Esse é o motivo pelo qual nós rejeitamos as emendas referidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero deixar claríssimo aqui que realmente nós somos contra o projeto na forma como ele está, porque ele não resolve o problema do furo, do buraco orçamentário e gera um outro problema para o governo seguinte.

Eu quero lembrar aqui, Sr. Presidente, que eu sempre fui muito responsável, inclusive, como Oposição, ao votar todos os projetos do Governo do Distrito Federal que eram positivos para a cidade. Então, não há que se falar sobre a questão do governo atual ou do governo que vem. Se este projeto, Sr. Presidente, resolvesse os problemas do governo que vem – o governo continua apesar de ter uma mudança em sua condução –, nós iríamos votá-lo. O problema é que o projeto não resolve a questão financeira do governo que vem. Nós podemos perder com a forma como essa operação está sendo feita.

Outra coisa, Sr. Presidente, é que as regras do Banco Central servem para operações de todos os bancos e dos bancos privados. Nós estamos falando de uma venda que tem estimado um recurso de uma dívida de um estado. Então, é claro, é notório que a licitação deve acontecer e, lógico, que ela vai seguir também as leis do Banco Central, porque ela é uma operação de crédito. Uma coisa não impede o outro momento.

A questão também que eu iria colocar, Sr. Presidente, o terceiro item é: se o governo não tem a expectativa de dar uma alta taxa de juros para essa empresa – inclusive, eu vou até citar o nome, porque eu já sei, pois a especulação é tão grande que sabemos até o nome da empresa que vai ganhar essa mamata aí do governo –, se ela não vai ser elevada para o governo, por que não podemos já deixá-la explícita aqui no projeto de lei? Será que nós seremos tão irresponsáveis a ponto de não limitar essa taxa de juros que nós mesmos vamos ter que pagar, de não licitar uma operação desse volume de recursos e de não criar a questão financeira e orçamentária?

Essa é a minha ponderação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 3 votos contrários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

A Presidência designa o Deputado Joe Valle para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa a Deputada Arlete Sampaio para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle sobre o projeto e as emendas de plenário, bem como as apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 2.049, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a instituição do Fundo Especial da Dívida Ativa - FEDAT e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, o parecer é pela aprovação do projeto e das Emendas nº 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 18, 20 e 21 e pela rejeição das demais emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CFGTC sobre o projeto e as emendas.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir destaque das minhas três emendas que foram rejeitadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 2 votos contrários.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, eu tenho uma assessoria. O Deputado não tem condição de contar. O controle da presença dos Deputados, eu tenho. Se V.Exa. quiser a votação nominal, eu obedecerei a sua solicitação, Deputada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos votando o parecer. No momento em que for votado o projeto, então votemos nominalmente, mas não precisa votar nominalmente o tempo todo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não concordo com a Deputada Arlete Sampaio, até porque há Deputados aqui que estão votando favoravelmente e nem estão no plenário.

Eu acho que o voto é uma coisa muito séria, principalmente num projeto...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Qual a proposta, Deputada?

DEPUTADA CELINA LEÃO – A minha proposta é que se faça votação nominal.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos em um processo muito democrático. V.Exa. é Presidente da Câmara Legislativa. De forma nenhuma, V.Exa., aqui com a imprensa e os Parlamentares, anunciaria um resultado que não correspondesse à realidade.

Nós temos 16 Deputados em plenário. É fácil fazer uma conta. Deputado Cristiano Araújo tinha saído e já voltou. Temos 16 em plenário. Então, na votação em primeiro turno, V.Exa. estabelece a votação nominal de quem é favorável e de quem é contra, e, depois, nós partimos para o segundo turno. Essa é a disputa política em um processo democrático de direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – V.Exa., então, concorda que a votação seja nominal.

Nós temos 13 Parlamentares favoráveis ao parecer e 2 contrários.

Solicito ao Deputado Robério Negreiros que emita parecer da CCJ sobre as emendas de plenário.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 2.049, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a instituição do Fundo Especial da Dívida Ativa – FEDAT, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Meu voto é pela admissibilidade conforme a votação na CEOF. Emenda nº 14, rejeitada. Emenda nº 15, rejeitada. Emenda nº 16, rejeitada. Emenda nº 17, rejeitada. Emenda nº 18, aprovada. Emenda nº 19, rejeitada. Emenda nº 20, acatada. Emenda nº 21, acatada. Emenda nº 22, rejeitada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.049, de 2014.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	17



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 02/12/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM:  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

- PARECER:  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO
- COMISSÕES:  CCJ  CEF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CSEG  CESC
- CDESCTMAT  MESA DIRETORA  COMISSÃO ESPECIAL  CFGTC
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):
- PROJETO DE LEI Nº(S): 2.049/2014
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):
- REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):
- VOTO EM SEPARADO DEPUTADO:  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO
- AUTORIA: DEPUTADA  Poder Executivo
- RELATORIA: DEPUTADO

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR			X			
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT		X				
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	PAULO RORIZ	PP		X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB			X			
	WASHINGTON MESQUITA	PTB			X			
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			15	2	6	1		

ASSESSORIA DE PLENÁRIO

SECRETÁRIO (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS)

Folha nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Neste momento, passaremos à apreciação dos destaques.

Foi apresentado um destaque às três emendas. Emendas nº 14, nº 15 e nº 16.

Esta Presidência indaga a Deputada Celina Leão se S.Exa. fará a defesa para a apreciação das três emendas ou fará a defesa uma a uma.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, farei a defesa uma a uma.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Emenda nº 14 ao Projeto de Lei nº 2.049, que autoriza a instituição do Fundo Especial da Dívida Ativa – FEDAT e dá outras providências.

Incluem-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.049, de 2014, os seguintes parágrafos:

“§ 7º A taxa de juros efetiva total da operação de securitização, considerando todos os custos envolvidos, inclusive na forma de comissões e quaisquer remunerações de terceiros, não poderá ser superior à taxa de Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescida de quatro por cento ao ano.

§ 8º A taxa de juros efetiva total da operação referida no parágrafo anterior será calculada por meio da obtenção da taxa interna de retorno da operação, tendo por base o efetivo valor recebido pelo Distrito Federal.

§ 9º No prazo máximo de quarenta e oito horas após a celebração da operação de securitização, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Legislativa do Distrito Federal relatório evidenciando as características essenciais da operação, notadamente a taxa a que se referem os parágrafos anteriores.”

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão, autora do destaque.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o objetivo dessa emenda é criar uma taxa de juros dentro do limite da normalidade entre operações econômicas e financeiras. O que está escrito ali, inclusive, Deputada Arlete Sampaio, é o que já existe em termos de tributação do Banco Central, em termos de tarifação. O que estamos deixando explícito na lei é que a empresa, o banco ou a financeira que adquirir esses títulos não terá uma supertaxa de retorno interna sem estar normatizada no projeto de lei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Então, o objetivo dessa emenda é garantir, sim, um lucro, é claro, para a empresa que comprar o débito, mas dentro dos padrões financeiros da normalidade, para que essa conta não fique novamente para os cofres do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu queria também fazer uma pergunta. O Projeto Fedat é um projeto financeiro. Na minha visão, precisaríamos de dezesseis votos para votar, não?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A orientação da assessoria é que são treze votos.

Deputada Celina Leão, V.Exa. é autora do projeto e apresentou um destaque que inclui três emendas.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero argumentar em contrário à Emenda nº 14.

O problema da emenda da Deputada Celina Leão é que ela ignora uma coisa pela qual nós, do PT, somos muito criticados: que somos estatistas. Entretanto, agora, a Deputada está querendo ser estatista contra a regra do mercado, porque, na verdade, é o Banco Central, conforme as regras do Conselho Monetário Nacional, que vai definir o procedimento a se adotar. Oferecem-se no mercado os títulos e ganha quem vai dar o maior preço e não a licitação. A licitação limita em uma pessoa, a que ganha a licitação, enquanto que as regras de mercado possibilitam que várias pessoas, vários agentes adquiram títulos, diferentemente.

Então, temos que seguir aquilo que são as regras do mercado. O que vai alterar essa ação é o Banco de Brasília. Não podemos exigir que nesse processo seja feito algo distinto daquilo que as regras do Banco Central, por meio do Conselho Monetário Nacional, preveem. Por isso, há a oferta ao mercado e não a um procedimento licitatório.

Esse é o argumento pelo qual rejeitamos a emenda, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que, apesar de ter em muitos momentos me posicionado contra o projeto – tenho dúvidas ainda, não estou totalmente convencido –, votei a favor. Mas votei principalmente pelos servidores públicos, em especial pelos professores. Alguns deles estão aqui. Eles me procuraram e fiquei sensibilizado com a situação de risco da folha. Eles sabem do que estou falando.

Então, quero deixar claro que essa posição minha está relacionada ao apelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

de vocês.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sugiro que a Mesa encaminhe o contrário, senão a maioria vai ter que levantar a mão. Sugiro que aqueles que concordam com a rejeição do parecer permaneçam como estão; os que forem favoráveis à emenda que levantem o braço. Senão, vai ser o contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em votação.

Os Deputados que forem contrários à emenda permaneçam como estão; os que a aprovam queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 5 votos favoráveis e 13 contrários.

A parte destacada foi rejeitada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Passa-se à apreciação, em separado, da Subemenda de Plenário nº 15 ao Projeto de Lei nº 2.049, de 2014.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o objetivo dessa emenda é criar um processo de venda transparente. Até porque nós temos mecanismos para vender o fundo rapidamente, licitando, que é o pregão. Além de ser imediatamente, não precisa cumprir prazo licitatório. O pregão e o processo licitatório possibilitam a venda ao melhor preço, e não a venda com cartas marcadas, como se percebe, com sensibilidade, que é o que parece ser a operação.

Essa é uma emenda que eu quero, inclusive, chamar a atenção dos colegas porque nós não estamos impossibilitando a venda, mas fazendo com que ela seja



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

feita por meio do processo licitatório para garantir que o Estado realmente não tenha um prejuízo na venda desse fundo. O processo licitatório, o pregão, vai conseguir o melhor comprador, e não o melhor amigo, o melhor banco, segundo critérios que não sejam o processo licitatório.

Então, é esse o objetivo dessa segunda emenda, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou ser rápido.

A Deputada Celina Leão está sendo coerente com a posição dela. Ela é contra o projeto. E essa emenda acaba com o projeto. Ao aprovar essa emenda não haverá necessidade alguma da existência do projeto. Portanto, para quem é contra o projeto, está coerente o ponto de vista dela. Não do ponto de vista da operação que tem de ser feita. Não existe nenhuma falta de transparência. Ninguém está escondendo absolutamente nada. Agora, não vamos aceitar que o projeto seja assassinado dessa maneira aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários a emenda permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 3 votos favoráveis e 12 contrários.

A parte destacada foi rejeitada.

Passa-se à apreciação, em separado, da Subemenda de Plenário nº 16 ao Projeto de Lei nº 2.049, de 2014.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o objetivo dessa nossa emenda é justamente o de tentar garantir que essa não seja uma manobra somente financeira para prever um orçamento sem ter o financeiro, que é a liquidez do pagamento. Até para os professores que estão aqui essa emenda garantiria o recurso, porque não adianta você criar o crédito financeiro sem ter o dinheiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Então, essa emenda condiciona a criação do crédito financeiro, para que não se venda sem ter o dinheiro. Caso contrário, você vende, cria uma perspectiva de recebimento sem ter a parte financeira e não resolve o problema, que é realmente o excesso de gastos públicos sem ter o financeiro. Então, é uma condicionante de se criar o orçamentário com o financeiro junto, para que essa dívida não seja somente para se resolver o problema do governo na LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal –, sem resolver o problema da cidade e, principalmente, dos servidores públicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que há um grande equívoco na proposta da Deputada Celina Leão porque qualquer orçamento parte de uma estimativa de receita para depois se checar se há a realização do financeiro para se pagar as coisas. Então, é uma inversão dizer que não se pode agora abrir o Orçamento a partir das operações de dívida ativa do FEDAT – Fundo Especial de Dívida Ativa, e que ele só pode ser aberto quando o financeiro estiver realizado. Isso está completamente fora de qualquer concepção de orçamento na Administração Pública.

Ademais, a proposta da Deputada Celina Leão é ruim para o atual governo e é ruim para o próximo. O próximo governo pode também enviar projeto de suplementação orçamentária à Câmara Legislativa com base na estimativa da receita, a que vai entrar. É fundamental para a Administração Pública poder andar para frente. Então, ao fazer essa proposta, a Deputada torna rígida a regra e – ao contrário de tentar ajudar e agora resolver sobretudo o problema dos servidores com relação ao orçamento – acaba não ajudando porque você primeiro tem que esperar o dinheiro entrar para poder orçar. Ora, você perde um tempo extraordinário nesse tipo de conduta. Portanto, vamos seguir as regras tradicionais do orçamento público: você estima a receita, orça e depois, a partir da realização, executa. A execução, ela sim, está prisioneira da existência do financeiro.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, todos que acompanham, eu só queria reforçar as palavras da Deputada Arlete Sampaio. Eu sou uma Deputada de Oposição, mas vejamos: o que é a votação do Orçamento? Nós vamos votar o Orçamento na última sessão legislativa. Nós vamos votar um orçamentário e ninguém ainda pagou os seus impostos, não houve entrada de dinheiro no caixa. Então, é sempre assim: o orçamentário vem à frente do financeiro. Senão não teria lógica a votação do Orçamento: vamos todo mundo para casa sem votar o Orçamento porque ainda não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

entrou o financeiro. Esse é o procedimento normal que é feito em todos os estados e é feito no Orçamento da União.

Então, por conta disso, dessa falta de lógica... Caso contrário, teríamos que mudar toda a sistemática que nós temos com relação ao Orçamento tanto no plano nacional, quanto nos planos estaduais e municipais. Por conta disso, mantenho a minha posição de ser contra a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

Deputada Celina Leão, solicito objetividade, já que é a segunda vez que V.Exa. faz uso da palavra.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Lei nº 4.320 estabelece que nós não podemos passar as despesas correntes líquidas para o ano que vem, somente para o exercício atual. Então, se nós estamos passando uma Receita Corrente Líquida para o ano que vem sem ter a questão financeira, somente uma previsão orçamentária... Uma coisa é a LOA, Sr. Presidente, outra coisa é realmente uma operação financeira da qual estamos falando.

Nós não estamos falando aqui de planejamento, nós estamos falando de uma operação, de uma venda financeira de créditos, que segue uma lei, e nós não podemos passar uma receita de um ano para o outro sem ela existir. Então, se ela não existe, nós estamos criando ficticiamente 3 bilhões de reais. Sem haver o financeiro de 3 bilhões de reais, isso é totalmente ilegal, Sr. Presidente.

Só queria fazer essa colocação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários à emenda permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis e 14 votos contrários.

A parte destacada foi rejeitada.

Indago aos Srs. Parlamentares se podemos encerrar esta Sessão Ordinária, abrir a Sessão Extraordinária para apreciar o primeiro item da Ordem do Dia e prosseguir com a apreciação das demais matérias.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
2   12   2014	15h50min	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não poderia eu deixar de vir aqui registrar a presença neste plenário do Sr. Geraldo Martins Ferreira, que foi procurador desta Casa por muito tempo e hoje é prefeito de Barro Alto.

Agradeço a oportunidade. Quero cumprimentar o Sr. Geraldo e agradecê-lo pela presença aqui neste plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Dr. Geraldo.

Eu entendo que, pelo silêncio dos colegas, podemos encerrar esta Sessão Ordinária e abrir a Sessão Extraordinária para apreciação em segundo turno das seguintes matérias: Projeto de Lei nº 2.049, de 2014; Projeto de Lei nº 2.052, de 2014; Projeto de Lei nº 2.041, de 2014; Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2014; Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 74, de 2014; Projeto de Lei nº 2.054, de 2014; Projeto de Lei nº 2.055, de 2014; Projeto de Lei nº 2.056, de 2014.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h12min.)